



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 151/2010  
Contatos: secretaria@isb.org.br

## O DESCASO DAS AUTORIDADES

Li e escutei muito o que a mídia não se cansou de repetir em janeiro a respeito do descaso das autoridades, presentes e principalmente passadas, na questão da ocupação desordenada e perigosa das encostas e margens de rios, na nossa cidade e em todo o nosso Estado. Até por ter sido uma dessas autoridades, sinto necessidade de falar sobre o tema.

Um pouco de História é sempre bom. A partir dos anos quarenta, principalmente dos cinquenta dos mil e novecentos, nosso País passou por um intenso e profundo processo de desenvolvimento econômico, cujo efeito mais visível foi uma urbanização muito acelerada e evidentemente desordenada. No censo de 40, sessenta por cento ou mais da nossa população era ainda rural; hoje acho que a urbanizada está na casa dos 90. Nossas cidades, especialmente as grandes metrópoles, explodiram em moradores que chegavam do campo aos milhares e milhares em cada mês, irresistivelmente atraídos pelas oportunidades de emprego, de salário, de ascensão, de emoções, de escola e de hospitais, que nem de longe tinham em seus locais de origem. Chegavam e só uma coisa faltava: não tinham onde morar. Era um problema que não existia antes e naturalmente o poder público não estava preparado para enfrentá-lo. Ele foi crescendo e crescendo velozmente (o problema), houve tentativas de criação de planos habitacionais, chegou-se até a criar um banco de habitação mas a verdade é que a força de expansão do problema era muitíssimo maior do que os limitados recursos existentes e as soluções esboçadas. Nos primeiros anos, os conjuntos habitacionais dos diversos Institutos de Previdência ainda conseguiram amenizar o mal-estar. Depois, o fluxo aumentou e os Institutos acabaram.

O resultado, inexorável, foi a favela: a brotação, a expansão e a multiplicação cada vez mais rápida das favelas, no Rio e em São Paulo. Era a solução espontânea e genuinamente popular, da iniciativa privada dos próprios trabalhadores que iam chegando e se acumulando, eles mesmos construindo nas áreas não apropriadas pelo setor imobiliário formal, e relativamente próximas dos mercados de trabalho. Era necessário e não passou pela cabeça de ninguém a idéia de proibição; durante muito tempo se disse, com assentimento mais ou menos geral, que a favela não era problema era solução.

Não havia, na verdade, preocupação da população “do asfalto” em relação às favelas, a não ser um certo mal-estar com a visão, próxima, de uma qualidade de vida muito baixa, às vezes chocante, mas condições que, para os favelados, eram bem melhores no geral do que as que tinham antes no campo, tanto assim que continuavam atraindo novos moradores. Não havia ainda desmoraamentos. Chuvaradas e enchentes, sim, desde muito tempo antes, mas risco de desabamentos e mortes ainda não se conhecia.

Politicamente, a questão só mobilizou opinião na altura dos anos sessenta, não ainda em razão de preocupações com segurança pública, mas com a decisão política de levar a cabo um programa de remoção das favelas mais encravadas na zona sul, que incomodavam pela visão e pelo contato. Enfeavam a cidade e prejudicavam o turismo, se dizia. Nem na Praia do Pinto nem na Catacumba houve caso de desmoraamento ou de bandidagem ostensiva, e ninguém falou em remover comunidades de outras partes da cidade, Jacarezinho ou Morro do Alemão.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: secretaria@isb.org.br



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 151/2010  
Contatos: secretaria@isb.org.br

Essa política foi vista por boa parte da opinião como uma violência. E foi efetivamente uma violência, na medida em que a grande maioria dos moradores removidos a força para Vila Kennedy ou Vila Aliança preferia continuar vivendo onde estava, sem ter os custos físicos e financeiros do deslocamento diário para o trabalho. Naturalmente houve ganhos importantes para a indústria imobiliária e a “Selva de Pedra” é um exemplo notório.

Bem, depois, bem depois, surgiu o tráfico e a bandidagem. E, mais, começaram os desabamentos resultantes da subida e da expansão do desmatamento dos morros. E a questão mudou de figura. Começou, então, a ser vista como prioritária, sob o ponto de vista humano e da segurança pública. Só que, então, a grandeza e a complexidade do problema eram imensas, tinham crescido muito além da capacidade econômica das prefeituras e governos estaduais. Envolveria investimentos gigantescos em habitação em áreas que não fossem muito distantes, para tornar possível o convencimento e não a violência sobre os moradores transplantados. E só então, já no século atual, o Governo Federal entrou em cena para valer, somando seus recursos, a fundo perdido, ao esforço dos Estados e Municípios em grandes projetos de moradia popular.

Estava equacionado o problema e a solução viria, evidentemente, a longo prazo, em razão da sua dimensão. Foi quando começaram a ocorrer, nos dois últimos anos, chuvas realmente extraordinárias, muito além do que se podia esperar em condições normais de até então. As de Santa Catarina e São Paulo, e mais ainda, as de Friburgo e Teresópolis estão avisando que a questão provavelmente mudou outra vez de figura, e vai exigir toda uma legislação eficaz que trate da urbanização e da responsabilidade ambiental com maior rigor, tendo em vista a onda de fenômenos climáticos incomuns e perigosos que poderá ser desencadeada como reação da Natureza agredida. Sobretudo será decisiva a implantação de sistemas eficazes e previsão e de comunicação de borrascas.

De qualquer forma, não é hora de, e não é justo, ficar inculcando prefeitos e governadores pela tragédia ocorrida. Não houve terremoto nem maremoto (tsunami) mas ocorreu algo de equivalente em destrutividade, um verdadeiro chuvomoto que destruiu morros inteiros, habitados ou não, desmatados ou não, e sufocou a cidade de lama quase instantaneamente. Se isso se repetir e crescer em volume e força, cidades serranas construídas em vales, como Petrópolis, Teresópolis e Friburgo não poderão mais existir, terão de ser desativadas e todo um novo urbanismo terá de ser criado.

O prefeito de Friburgo, Heródoto Bento de Melo, é um dos homens mais honrados, responsáveis e competentes da política deste País. Nos seus 80 anos já foi prefeito várias vezes, sempre elogiado, aclamado e justamente reeleito. O de Petrópolis, Paulo Mustrang, que eu também conheço, é muito mais jovem mas também tem essas qualidades. É sempre muito fácil botar a culpa nos políticos: a mídia usa e abusa, e a população reverbera. Mas, caramba, nem sempre é justo. Vale mais, nesta hora, colaborar com o poder público para enfrentar os pesadelos que podem vir por aí. E, principalmente, de uma vez por todas, desenvolver a consciência da preservação das condições naturais do nosso planeta.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

[www.isb.org.br](http://www.isb.org.br)

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: [secretaria@isb.org.br](mailto:secretaria@isb.org.br)